

TERMO DE REFERÊNCIA

P. M. LAGOA - PB
FLS: 67
CPL: 

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KIT BEBÊ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA/PB.

1.2. A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0. JUSTIFICATIVA

2.1. Para a contratação:

2.1.1. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Justifica-se a presente solicitação tendo em vista que os benefícios Eventuais que são oriundos da Assistência Social insere-se como um importante instrumento de viabilização de direitos socioassistenciais às famílias e ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como de fragilidades em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidades temporárias, e, de calamidade pública. Com objetivo de viabilizar a padronização de procedimentos de organização, gestão, execução, monitoramento, avaliação e financiamento dos benefícios eventuais. Seguindo dessa forma, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), "Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. visam atender às famílias que vivem em vulnerabilidade social, cuja renda mensal per capita seja inferior ou igual Vz, (meio) do salário mínimo. Desse modo a concessão do benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante Parecer Social, emitido pelo Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, responsável pelo (a) setor dos Benefícios Eventuais pelo (a) Assistentes Sociais vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

2.2. Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1. O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DA COMPRA

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

1 -LOTE 01 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KIT BEBÊ PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA/PB

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Banheira infantil transparente translúcida fabricada em material plástico super-resistente, fundo composto por ondulação que evite o deslizamento do bebê, compartimento para acessório, design arredondado, capacidade mínima de 22 litros, suportando aproximadamente 20 kg, com detalhes rosa e azul. Parâmetro de qualidade: ADOLETA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
2	Banheira infantil transparente translúcida fabricada em material plástico super-resistente, fundo composto por ondulação que evite o deslizamento do bebê, compartimento para acessório, design arredondado, capacidade mínima de 22 litros, suportando aproximadamente 20 kg, com detalhes rosa e azul. Parâmetro de qualidade: ADOLETA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
3	Lavanda para bebês, sem álcool, dermatologicamente testado, fragrância suave, acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 120 ml. Parâmetro de qualidade: XUXINHA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
4	Sabonete infantil em barra, dermatologicamente testado, neutro, contendo 90 gramas, prazo de validade mínima de 6 meses, com Registro no Ministério Competente. Parâmetro de qualidade: XUXINHA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
5	Kit com 3 Mamadeiras (250ml, 160ml e 70ml); Produzido em polipropileno, totalmente atóxica, gargalo ultra higiênico sem Bordas ou Rebarbas Cortantes, bico de silicone, estampas suaves, diversas cores e estampas (atendendo o feminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: LOLLY ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
6	Toalha de banho felpuda com capuz infantil, medindo aproximadamente 0,70 X 0,90cm, super absorvente, tecido grosso e macio, de feltro suave, 100% algodão, acabamento em viés, diversas cores a combinar atendendo o masculino e feminino com bordado de animais no capuz. Parâmetro de qualidade: BERCINHO ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70

7	Conjunto de escova e pente de cabelo para bebê. Escova plástica com cerdas de nylon ultra macias e antialérgicas, cabo emborrachado, medidas aproximadas 22x9x3; Pente de plástico com pontas arredondadas, que massageiam o couro cabeludo, medidas aproximadas 22x9x3. Produto com material atóxico e que possua selo do INMETRO que atesta sua qualidade. Atendendo ao feminino e masculino. Parâmetro de qualidade: BUBA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
8	Fralda descartável, tamanho P, com barreira anti-vazamento, super absorvente, embalado em pacote plástico, ajuste suave e flexível, com gravura na embalagem informando as características do material, até 5kg, com no mínimo 28 unidades. Parâmetro de qualidade: PERSONAL ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
9	Pacotes de fralda branca em tecido duplo, extra macio, extra absorvente, 100% algodão, maior durabilidade. Fralda Luxo medindo, aproximadamente 0,65 x 0,65 cm, com 5 unidades. Parâmetro de qualidade: BERCINHO ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
10	Pacotes de fralda estampada em tecido duplo, extra macio, extra absorvente, 100% algodão, maior durabilidade. Fralda Luxo medindo, aproximadamente 0,65 x 0,65 cm, com 5 unidades, de boa qualidade, diversas cores e estampas (atendendo o feminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: BERCINHO ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
11	Conjunto contendo três camisetas regatas, para bebê em malha macia, 100 % algodão, tamanho para bebê até seis meses, com bordados delicados, diversas cores e estampas (atendendo ofeminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: KIKARINHO ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
12	Pacote de cueiro flanelado em tecido 100% algodão, pacote com 3 unidades, medindo 0,80 X 0,50 cm, de boa qualidade, diversas cores e estampas (atendendo o feminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: BERCINHO ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
13	Saída maternidade, 100% algodão, contendo 4 peças: macacão com bordado, luvas, sapatinho e manta com bordado. Manta no tamanho 0,72cm x 0,73cm, de boa qualidade, cores atendendo o feminino e o masculino. Parâmetro de qualidade: LUKINHA ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
14	Macaquinho para bebê em malha, 100% algodão, tamanho M, fechamento entre as pernas, regata e diversas cores e estampas	UND	70

	(atendendo o feminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: MYDOOU ou equivalente ou de melhor qualidade.		
15	Kit 2 body regata, suedine, 100% algodão, super macio, em diferentes estampas e cores (atendendo o feminino e o masculino). Parâmetro de qualidade: LIVNIC ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
16	Conjunto com 2 shorts tamanho G, em diferentes estampas e cores (atendendo o femino e o masculino). Parâmetro de qualidade: LIVNIC ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
17	Par de meia 70% poliéster, 25% algodão, 5% elastano (atendendo o femino e o masculino). Parâmetro de qualidade: BABY SOCKS ou equivalente ou de melhor qualidade.	UND	70
18	Conjunto de bolsa para bebê contendo duas bolsas, sendo elas, um grande tamanho aproximado de 29 cm de altura e 39 cm de largura, e outra pequena com alça adaptável para uso no ombro e nas costas, tamanho aproximado em 23 cm de altura e 30 cm largura. Confeccionada em material sintético emborrachado, com espessura mínima de 0.9mm, frisos cobertos no mesmo material emborrachado, forro 100% impermeável. Com reguladores e argolas em metal. Costuras do tipo matelassê nos bolsos frontais. Com amplo espaço interno, bolso interno feito em tela facilitando a organização dos objetos, alça de mão com 3 cm de largura reforçadas e removíveis, cursor do tipo "encorpado", com banho especial e duradouro, fechamento em zíper. Com chaveiro de laço feito em alça de algodão com mosquetão de tamanho mínimo de 6cm, atendendo cores para o feminino e o masculino.	UND	70
19	Papeiro de cerâmica atendendo o feminino e masculino, medindo 14cm com cabo em plástico	UND	70

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21; inclusive nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, por estar presente a exceção prevista no inciso IV, do Art. 49, da Lei 123/06: Licitação dispensável - Art. 75, II, da Lei 14.133/21.

4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado preferencialmente apenas os fornecedores enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0. DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

7.1.1. Entrega: 5 (cinco) dias.

7.2. Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

7.3. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do fornecedor, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita àquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão

calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.0 HABILITAÇÃO JURÍDICA – INSCRIÇÃO, REGISTRO, CERTIFICADO, CONTRATO OU DECRETO:

1.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

1.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade; ou

1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou

1.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

1.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência; ou

1.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

1.2. Cópia dos documentos comprobatórios de seus administradores: Cadastro de Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG) e/ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

2.0 HABILITAÇÃO JURÍDICA CNPJ E INSCRIÇÃO:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.0 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretária da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

3.2. Certidão negativa da Fazenda Estadual, na forma da lei.

3.3. Certidão negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

3.4. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecida pela Caixa Econômica Federal.

3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.0 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas do tipo MEI não têm a obrigatoriedade de produzir e apresentar balanços patrimoniais.

4.2. Prova de Qualificação Econômico-Financeira: Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

5.0 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

5.1. Comprovação de Capacidade Técnica: Ao menos um (1) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante desempenhou atividade pertinente e compatível, em características assemelhadas ao objeto deste instrumento convocatório. O atestado deverá ser emitido sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser assinado por quem tenha competência para expedi-lo.

Observações:

I A Proposta de Preços deverá ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos, redigida em língua portuguesa, em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

II. O critério de julgamento será o de menor preço, em atenção ao art. 33, inc. I, da Lei nº 14.133/21, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e seus anexos.

III. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada, nos documentos por ele abrangidos.

IV. Havendo a divulgação da contratação direta, o fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, indicando, no que for aplicável, o modelo, a marca do produto, quando for o caso

- V. Encerrada o prazo para o envio da proposta e habilitação que será dia 16 de dezembro de 2024 as 23:00 horas, horário de Brasília, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o agente de contratação verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste termo de referência, onde irá produzir a ata com os valores e proponentes, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a apresentação da amostra dos produtos contidos no termo de referência.
- VI. **DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DOS ITENS**, deverão ser trazidas a sede da Prefeitura Municipal de Lagoa-PB, setor de licitação, amostras dos itens relacionados abaixo, com o prazo de 24 horas após o envio da ata, no e-mail dos licitantes classificados. O Não envio das mesmas será motivo de desclassificação da proposta, onde serão chamados os licitantes remanescentes.

Somente é cabível exigir amostra de produto objeto de certame ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. TCU, Acórdão 1634/2007-Plenário | Relator: UBIRATAN AGUIAR A exigência de amostra ou protótipos deve ser feita apenas ao licitante provisoriamente em primeiro lugar, de forma previamente disciplinada e detalhada no instrumento convocatório. TCU, Acórdão 3130/2007-Primeira Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER É aceitável que se exija apresentação, apenas por parte do licitante vencedor, de amostra de material de consumo a ser adquirido no certame, com vistas a garantir a qualidade dos produtos. TCU, Acórdão 1182/2007-Plenário | Relator: MARCOS BEMQUERER.

Lagoa - PB, 10 de dezembro de 2024.

Hannah M de Araujo Leite

HANNAH NOGUEIRA DE ARAUJO LEITE

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos